

**Colóquio
Internacional**

ARQUITECTURA POPULAR



ACTAS

3 a 6 de abril 2013
Casa das Artes
Arcos de Valdevez



Ficha Técnica:

Título:

Actas do 1º Colóquio Internacional Arquitectura Popular

Edição:

Município de Arcos de Valdevez

Paginação:

JotaSá

Data:

Janeiro de 2016

ISBN:

978-972-9136-78-8



Índice

2 | Ficha Técnica

3 | Introdução

13 | PALESTRAS

15 | OS ARQUITECTOS EM CONTEXTO: TEMATIZAÇÕES DO POPULAR NO SÉCULO XX PORTUGUÊS
João Leal

27 | AS CONSTRUCIÓNS DA ARQUITECTURA POPULAR GALEGA
Manuel Caamaño Suarez

35 | A ADAPTAÇÃO DA ARQUITECTURA POPULAR PORTUGUESA AOS TRÓPICOS SUL-AMERICANOS
Gunter Weimer

45 | COMUNICAÇÕES

Temática 1: Arquitectura Popular, os conceitos: popular, tradicional, regional, vernacular

Temática 2: As influências cruzadas: rural/urbana; popular/erudita; tradicional/contemporânea; arquitectura/estruturas de povoamento e organização de território

47 | A ARQUITETURA POPULAR COMO TRANSIÇÃO ENTRE O VERNÁCULO E O ERUDITO – UMA TENTATIVA DE DEFINIÇÃO DOS DIFERENTES CONTEXTOS ARQUITETÓNICOS DE RAIZ NÃO-ERUDITA
Pedro Fonseca Jorge

59 | MODELOS DE ARQUITETURA DOS PROMESSEIROS DO CÍRIO DE NAZARÉ: ASPECTOS DAS INTERAÇÕES ENTRE O IMAGINÁRIO ARQUITETÓNICO E A PRODUÇÃO DA ARQUITETURA POPULAR EM BELÉM DO PARÁ, PARÁ, BRASIL
Artur Simões Rozestraten
Cybelle Salvador Miranda
Karina Oliveira Leitão
Daniele Queiroz dos Santos
Gabriel Negri Nilson
Brena Tavares Bessa

75 | CONSTRUÇÕES RURAIS EM ESPAÇO URBANO OU AS MEMÓRIAS DA RURALIDADE
Filipa Ramalhete
Francisco Manuel Valadares e Silva

85 | A CASA DO PORTUGUÊS EMIGRANTE EM FRANÇA: (RE)CONFIGURAÇÕES DE PRÁTICAS E DE DISCURSOS IDENTITÁRIOS A PARTIR DA ARQUITETURA POPULAR
Ana Saraiva Neves

- 101 | SABERES E VALORES DO TERRITÓRIO. O DISCURSO DA ÁGUA. REINTEGRAÇÃO URBANA DO PATRIMÓNIO CULTURAL DA RIBEIRA DO RIO TRABA. NOIS (CORUNHA - GALIZA). ACONDICIONAMENTO, RECUPERAÇÃO DE ACESSOS, LAVADOURO E CONTORNO DOS MOINHOS DA PEDRACHAM
Ana Isabel Filgueiras Rei
- 111 | PAREDES ESQUECIDAS DE XISTO. ARQUITETURA DE INTEGRAÇÃO - FOZ CÔA
José Afonso
- 117 | OS ESPAÇOS URBANO E RURAL DA FREGUESIA DE S. MARTINHO DE ARRIFANA DE SOUSA (PENAFIEL) NA ÉPOCA MODERNA
Maria Helena Parrão Bernardo
- 131 | ALDEIAS DESERTIFICADAS E ALTERAÇÕES FUNCIONAIS. ALDEIAS DE IDANHA A NOVA
Maria da Graça Moreira
- 137 | HABITAÇÃO, FAVELA E FUTURO. MELHORIAS HABITACIONAIS EM FAVELAS APÓS METODOLOGIA DE URBANIZAÇÃO. O CASO SANTAR MARTA
Marcela Marques Abla
- 153 | POPULAR, TRADICIONAL, REGIONAL, PORTUGUÊS, NACIONAL
Manuel C. Teixeira
- 165 | TAIPA PRÉ-FRABRICADA. PLACAS DE FIBROSOLO EM MÓDULOS DE ENCAIXE
Fernando Betim Paes Leme
- 177 | COMUNIDADES PISCATÓRIAS: DO LEGADO DA ARQUITETURA POPULAR ÀS ESTRATÉGIAS HABITACIONAIS NO PERÍODO DO ESTADO NOVO
Patrícia Sofia Pinto de Sá Gaspar Silva
Rui Jorge Garcia Ramos
- 185 | PAISAGEM E ARQUITETURA VERNÁCULA: O PATRIMÓNIO CAPARAÓ CAPIXABA
Aline Vargas da Silveira
- 195 | Temática 3: As arquiteturas populares: de habitação, trabalho, religiosa, efémera e novas arquiteturas populares
- 197 | ARQUITETURA VERNÁCULA E POPULAR EM GOIÂNIA
Adriana Mara Vaz de Oliveira
Mathias Joseph Monios
- 207 | PATRIMONIALIZAÇÃO DA ARQUITETURA VERNACULAR MAIATA. A “CASA DE LAVOURA”
José Augusto Teixeira Maia Marques



- 225 | INQUÉRITOS À ARQUITETURA POPULAR EM PORTUGAL: UMA APROXIMAÇÃO METODOLÓGICA
Maria Amélia Cabrita Anastácio
Teresa Marat-Mendes
- 245 | O INQUÉRITO VISTO PELO OLHAR DE OUTRAS ÁREAS CIENTÍFICAS: O REGISTO DO “PAÍS PROFUNDO”
Tânia Liani Beisl Ramos
- 259 | O POPULAR EM QUESTÃO: A (IN)OPERACIONALIDADE DO CONCEITO
Maria da Assunção Oliveira Costa Lemos
Cristina Fernandes
Sandra Palhares
- 273 | A MEMÓRIA DE UM INQUÉRITO NA CULTURA ARQUITETÓNICA PORTUGUESA
Marta Lalanda Prista
- 289 | TRADIÇÃO E MODERNIDADE. DO MOVIMENTO MODERNO À CONTEMPORANEIDADE
Jorge de Vasconcelos Teodósio Nunes dos Reis
- 307 | OS ESPAÇOS DE ALIMENTAÇÃO DAS HABITAÇÕES QUILOMBOLAS DE ALCÂNTARA, MARANHÃO, BRASIL
Marina de Miranda Martins
- 317 | A XEOMETRIA DA PEDRA NOS MUIÑOS DE GRAN TRADICIONAIS: MECANISMOS DE ROTACIÓN E TRITURACIÓN
José António Díaz Alonso
Gustavo Robleda Prieto
José Manuel Yáñez Rodríguez
- 335 | PROSPEÇÃO E DEFESA DA PAISAGEM URBANA DO ALGARVE (1965-70): A ARQUITETURA TRADICIONAL E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO URBANO NA PROPOSTA DA DGSU
Fernando Vítor Félix Ribeiro
Isabel Maria Ildefonso Valverde
Miguel Reimão Lopes da Costa
José Aguiar
- 353 | AS CASAS DE MADEIRA DA ILHA DA REUNIÃO NO ÍNDICO. UMA ORIGINAL ARQUITETURA VERNÁCULA DO ÍNDICO: AS “CASAS DE MADEIRA NEO-CLÁSSICAS” DA ILHA DE REUNIÃO - ALGUNS CASOS DE RECUPERAÇÃO E REUTILIZAÇÃO
José Manuel Fernandes
- 361 | CARREIRA DE MOINHOS DE ALVARENGA. INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA PREMISSAS PARA A SUA RECUPERAÇÃO
Ana Campos
Cristina Pinho
Eduarda Vieira
João Gaspar
Samuel Gonçalves
Carla Garrido de Oliveira

- 377 | AS ARQUITETURAS VERNACULARES DO PÃO NO BAIXO TÂMEGA
Ana Dolores Leal Anileiro
Teresa Soeiro
- 391 | INFLUÊNCIAS LUSAS NA HABITAÇÃO DOS IMIGRANTES PORTUGUESES EM FRANÇA E NO LUXEMBURGO
Hélder Diogo
- 405 | CASA DE AGRICULTOR NO NOROESTE PORTUGUÊS. VIVER E TRABALHAR NUM COMPLEXO AGRÍCOLA
Samuel da Costa Pereira
- 425 | TIPOLOGIA DA CASA RURAL DA FREGUESIA DE VERMOIM
Vera Patrícia Moreira Teixeira
Nuno Paulo Soares Ferreira
- 439 | AS CONSTRUCCÍONS VERNÁCULAS DE ABASTECIMENTO VINCULADAS AO MOSTEIRO DE CAAVEIRO NAS “FRAGAS DO EUME” (A CORUÑA - GALICIA)
José Antonio Diaz Alonso
Gustavo Robleda Prieto
José Manuel Yáñez Rodríguez
- 455 | RECUPERAR O ESPÍRITO DO LUGAR - UM CASO PRÁTICO NO BARROCAL ALGARVIO
António Pedro de Assunção Nobre Lourenço Lima
- 465 | Temática 4: A Investigação da Arquitetura Popular, do século XIX à contemporaneidade
| Temática 5: A Arquitetura Popular, o Modernismo e a Arquitectura Contemporânea.
- 467 | CRÍTICA À “GRELHA C.I.A.M” E “ARQUITETURA POPULAR EM PORTUGAL”
Francisco Portugal e Gomes
- 483 | O PAPEL DO SIPA - SISTEMA PARA O INVENTÁRIO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO NA SALVAGUARDA E CONHE-
CIMENTO DA ARQUITETURA POPULAR
Maria do Rosário Gordalina
- 489 | A “MODERNIDADE ARQUITETURA POPULAR” NO INTERIOR DE ALAGOAS (BRASIL)
Thalita Lins do Nascimento
- 505 | A IGREJA DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, NO FUNCHAL - TRADIÇÃO E MODERNIDADE NA OBRA DE RAÚL
CHORÃO RAMALHO
Jani Anjo Travassos Freitas
Clara Pimenta do Vale



517 | ARQUITETURA MODERNA E ARQUITETURA VERNACULAR. CONTRIBUTO DAS TÉCNICAS E MATERIAIS TRADICIONAIS PARA UMA ARQUITETURA MAIS RESPONSÁVEL AMBIENTALMENTE

Manuel da Cerveira Pinto

529 | REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO COM A PAISAGEM NA ARQUITETURA REGIONAL VERSUS MODERNISTA

Inês Domingues Serrano

537 | MODERNIDADE E TRADIÇÃO: CASA DE OFIR, DE TÁVORA E A CASA DE VILA VIÇOSA, DE PORTAS E TETÓNIO PEREIRA, COMO OBRAS PRIMOGÉNITAS DA ARQUITETURA PORTUGUESA, NA TRANSIÇÃO DA DÉCADA DE CINQUENTA PARA SESSENTA DO SÉCULO XX

Hugo José Abranches Teixeira Lopes Farias

553 | ARQUITETURA POPULAR EM PORTUGAL. VALORES EXPRESSIVOS: O ESPAÇO-TRANSIÇÃO

Alexandra Cardoso

Maria Helena Maia

Joana Cunha Leal

561 | POR UMA ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA ENRAIZADA: A ARQUITETURA POPULAR NAS TRAJETÓRIAS DE FERNANDO TÁVORA (PORTUGAL) E LUCIO COSTA (BRASIL)

Alfredo Brito

571 | ITINERÁRIOS DE UM PENSAMENTO PROJETUAL COMPOSTO NA CONTEMPORANEIDADE PORTUGUESA: DA REFLEXÃO DE UMA “REALIDADE”

Nuno Miguel Pereira Coelho da Silva Seabra

585 | POPULAR E MODERNO: SÉRGIO BERNARDES, LINA BO BARDI E A ARQUITETURA NO BRASIL

Ana Luiza Nobre

593 | ARQUITETURA POPULAR NA INTERPRETAÇÃO DO MODERNO. A RECONSTRUÇÃO DA ALDEIA DA FAIA

Michele Cannatà

603 | NA FORJA DA “ARQUITETURA REGIONAL” ENTRE O DETERMINISMO GEOGRÁFICO E AS DESINÊNCIAS NACIONALISTAS: O CASO AÇORIANO

Isabel Soares de Albergaria

621 | JANUÁRIO GODINHO: A ARQUITETURA COMO SÍNTESE. DIÁLOGO ENTRE TRADIÇÃO E MODERNIDADE

Fátima Sales

639 | Temática 6: Os construtores e os saberes construtivos da Arquitectura Popular



- 641 | CANASTROS DO ALTO MINHO: PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO TIPOLOGICA
João Azenha da Rocha
- 659 | A AZENHA DE BAIROS. TÉCNICAS TRADICIONAIS DE CONSTRUÇÃO ENTRE A ÁGUA E A TERRA
Rogério Bruno Guimarães Matos
- 669 | PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO... LEGADO DE GERAÇÕES
Helena da Graça Barros Pires
- 681 | MINKA (民家) - A CASA DO IMIGRANTE JAPONÊS NO VALE DO RIBEIRA - SP.
Akemi Hijioka
Akemi Ino
- 695 | TRANSFORMAÇÃO DO SABER-FAZER DO CARPINTEIRO NA PRODUÇÃO DE CONSTRUÇÕES EM MADEIRA NO BRASIL
Luciana da Rosa Espindolav
Akemi Ino
- 705 | REENCONTROS, CONTACTOS E CONFRONTOS COM A ARQUITETURA E O POVOAMENTO VERNACULAR TROPICAL - DOIS EXEMPLOS: SOFALA (MOÇAMBIQUE) E BAUCAU (TIMOR LESTE)
Miguel Sopas de Melo Bandeira
- 725 | A INTEGRAÇÃO DAS TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO TRADICIONAL NA ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA - UMA REFLEXÃO
Anabela Moreira
Inês Serrano
- 735 | Temática 7: A arquitetura popular, a preservação da cultura, valores sociais e económicos
- 737 | CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO E ARQUITETURA NA SERRA DA PENEDA. PADRÃO (SISTELO) E AS SUAS “BRANDAS” – UM CASO DE ESTUDO
Francisco Cerqueira Barros
- 763 | CASA LAMBERT - PRESERVAÇÃO DE TESTEMUNHO ARQUITETÓNICO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO/BR DE FINS DO SÉCULO XIX
Maria Cristina Coelho Duarte
Aline Barroso Miceli
- 777 | AS RAÍZES DOS QUE PARTIRAM – ARQUITERURA POPULAR PORTUGUESA EM IMAGENS DIGITAIS
José Alexandre Cardoso Marques



791 | ARQUITETURA SOBRE ARQUITETURAS - PROJETAR O MUTÁVEL NA EXPRESSÃO DA PERMANÊNCIA
Pedro Manuel Ferreira da Silva e Sousa

801 | ARQUITETURA VERNÁCULA PORTUGUESA: LIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE PARA A ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA
Jorge Fernandes
Ricardo Mateus
Luís Bragança

819 | ALDEIAS ABANDONADAS, NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA: ESTUDO COMPARATIVO E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL
Marisa Filipe
José Manuel De Mascarenhas
Leonor Themudo Barata

839 | O PROCESSO DA PRESERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS E SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO URBANO DE PIRATINI – RS
Maria Beatriz Medeiros Kother

851 | A RECUPERAÇÃO DOS MOINHOS DAS RIBEIRAS DE ALFERREIRA E BARROCAS, GAVIÃO: A PRESERVAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS VALORES NATURAIS E CULTURAIS
Rogério Paulo da Costa Amôêda

865 | A REINVENÇÃO DO PALHEIRO - PROJETO PARA A REABILITAÇÃO DE PALHEIROS DO SAL NA ILHA DA MURRACEIRA
João Pedro de Figueiredo Lopes Pedrosa
João Pedro Vergueiro Monteiro de Sá Cardielos

877 | CONSERVAÇÃO E RESTAURO DA TÉCNICA. QUESTÕES E POSSIBILIDADES
Daniel Juracy Mellado Paz

895 | PORTUZELO: AS ARQUITETURAS DA LAVOURA (E A SUA PRESERVAÇÃO) NUMA ALDEIA DA RIBEIRA LIMA
Fabiola Franco Pires

913 | AZULEJARIA E ARQUITECTURA VERNACULAR. OS PADRÕES USADOS NO CONCELHO DE OVAR E O SYSTEMS “AZ INFINITUM”
Francisco Queiroz
Inês Aguiar
Rosário Salema De Carvalho
Isabel Pires

PROSPEÇÃO E DEFESA DA PAISAGEM URBANA DO ALGARVE (1965-70): A ARQUITETURA TRADICIONAL E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO URBANO NA PROPOSTA DA DGSU

FERNANDO VITOR FÉLIX RIBEIRO

Doutorando em Arquitetura na FAUTL

ISABEL MARIA ILDEFONSO VALVERDE

Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes

MIGUEL REIMÃO LOPES DA COSTA

Universidade do Algarve

JOSÉ AGUIAR

Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Arquitetura

RESUMO

No contexto da sucessiva redefinição do conceito de património, a arquitetura vernácula tenderá a assumir a sua importância a partir da segunda metade do século passado, alcançando estatuto próprio na *Carta sobre o Património Construído Vernáculo* de 1999. Em Portugal, adquirem particular relevância os trabalhos desenvolvidos em diferentes âmbitos, desde a antropologia à arquitetura, passando pela agronomia e pela geografia, que culminariam em diferentes sínteses sobre o tema, alargadas a todo o território nacional continental.

À parte alguns apontamentos esparsos, estes estudos privilegiaram essencialmente o património de carácter rural, deixando em aberto uma abordagem mais sistemática em torno às manifestações arquitetónicas de carácter urbano, ainda que estas se encontrassem, já à época, tão ou mais ameaçadas pelos processos de renovação urbana já em curso.

Essa abordagem só no final dos anos 60 viria a ser ensaiada, à escala da região do Algarve, no pioneiro trabalho

desenvolvido pela equipa dirigida pelo Arq.^o Cabeça Padrão, no âmbito da Secção de Defesa e Recuperação da Paisagem Urbana da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU), sob o título “Prospecção, Preservação e Recuperação de Elementos Urbanísticos e Arquitectónicos Notáveis, em Áreas Urbanas e Marginais Viárias, na Região do Algarve”, constituindo um de três estudos complementares a integrar o Plano Regional do Algarve. Dos 49 volumes projectados a partir de 1965, abrangendo 47 aglomerados urbanos de dimensões muito diversas e maioritariamente localizados na faixa litoral da região, apenas de cerca de metade se conhece hoje o paradeiro. Mas se bem que rapidamente tenham sido remetidos - até muito recentemente -, ao esquecimento dos arquivos, e pese embora o seu carácter datado, constituem um conjunto documental singular de inegável importância, pela metodologia e propostas que encerram, no contexto da evolução histórica dos conceitos e práticas de valorização e conservação patrimonial (em particular no que se refere ao património arquitectónico urbano de carácter vernáculo) e de planeamento e interven-



ção em áreas urbanas consolidadas. Importância reforçada pelo extenso levantamento fotográfico produzido e onde se fixou um momento histórico charneira documentando o início de profundas transformações - que se acentuariam nas décadas subsequentes -, entre outras razões, por força da emergente importância do turismo.

Com a presente comunicação pretende-se resgatar do esquecimento um trabalho verdadeiramente pioneiro (mesmo em termos mundiais) no que se refere à preservação e recuperação da paisagem urbana do Algarve, avaliando a sua metodologia e abordagem particular no âmbito das intervenções em espaço urbano e retomando um processo de análise e caracterização da arquitetura tradicional da região a partir do valioso espólio fotográfico constante neste estudo.

Palavras-chave: Paisagem urbana, arquitetura tradicional, prospecção e inventariação do património, planeamento em áreas urbanas consolidadas, Algarve.

INTRODUÇÃO

O incremento do turismo e da indústria do lazer que se faz sentir por toda a Europa no contexto do desenvolvimento económico do pós-guerra irá, a partir dos anos 60, atingir também de forma sensível o Portugal orgulhosamente só. Embora politicamente pudesse interessar ao regime do Estado Novo manter o país escondido de “olhares indiscretos e dissuadindo a importação de ideias externas” por trás de uma cortina de cortesia (José Manuel da Costa, apud Pina: 1988, 167), a importância económica do turismo estava muito longe de poder ser desprezada.

Neste contexto, a outrora esquecida¹ e distante² região do Algarve irá assumir um papel crucial, vindo-se a tornar em poucos anos no principal alvo, não só da procura, inter-

na e externa, mas, sobretudo, da cobiça dos “gaviões do negócio” (Amaral, 1961: 23) que procuravam “grandes lucros e rápidos” (Idem: 1), colocando novos desafios a que urgia dar resposta. As consequências, a nível da conservação do património arquitectónico, urbano e paisagístico, não tardarão a fazer-se sentir, levando mesmo o Arq.^o Francisco Keil do Amaral, uma das figuras de proa da arquitetura nacional, a vislumbrar, de forma premonitória, a “acumulação de nuvens negras quanto ao futuro” da região (Idem: 23).

Inscrito (pela primeira vez na sua história) num Plano de Fomento, o Intercalar, vigente entre 1965 e 1967 (Pina, 1968: 169), é a indústria turística e do lazer que motivam as (novas) preocupações com o ordenamento do território regional, mesmo já tendo sido os principais aglomerados urbanos da região também alvo da campanha de planos de gerais de urbanização promovida pelo Ministério das Obras Públicas na década de 1930 (cf. Lôbo, 1995: 273-278).

No artigo que escreve para o Diário de Lisboa, publicado em 21 de Fevereiro de 1961, Keil do Amaral enumera a definição das “zonas de protecção a certos sítios, vistas, acidentes da Natureza, ou núcleos urbanos” entre “o que conviria fazer para salvar o Algarve”, no âmbito de “um planeamento que atenda aos diversos e importantíssimos factores a considerar, que não apenas à possibilidade de «grandes lucros e rápidos» [...], realista, objectivo, feito o mais possível num permanente contacto com os sítios e as realidades locais” (Amaral, 1961: 23). Mesmo que “tal planeamento” limitasse “alguns negócios chorudos” e, conseqüentemente, levantasse “um elevado coro de protestos” (Idem: *ibidem*).

Foi ao próprio Keil do Amaral que, em 1962, o Ministério das Obras Públicas encomendou as Bases para o desenvolvimento turístico do Algarve, decidindo a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU), no ano seguinte, que os estudos que virão a constituir o Plano Regional do Al-

¹ No seu Guia de Praias de Portugal, que publica em 1876, Ramalho Ortigão omite as praias do Algarve, não indo mais longe do que Tróia, na península de Setúbal (Cf. Ortigão, 1876), situação que, do ponto de vista prático, pouco se terá alterado até meados do século XX.

² Para o que contribuíam as difíceis acessibilidades, não só externas, como internas – a região só seria dotada de aeroporto em 1962 e seriam necessários mais 40 anos para que ficasse ligada ao resto do país por autoestrada.



garve (PRA) sejam elaborados “por um órgão executivo – o «Gabinete Técnico do PRA», com sede em Faro, assistido por um órgão regional consultivo, – a «Comissão Consultiva Distrital de Urbanização»” (Brito, 2009: 167).

Confiado a uma equipa liderada pelo urbanista italiano Luigi Dodi, professor do Politécnico de Milão, o PRA – que será entregue em fase de Antepiano em Outubro de 1966 – irá não só determinar a elaboração de um conjunto de Estudos Sub-Regionais³, como motivar o desenvolvimento de três estudos cujos âmbitos são reveladores das preocupações que já então se levantavam: Ordenamento Agrário⁴, Ordenamento Paisagístico⁵ e Prospecção e defesa da paisagem urbana do Algarve⁶, constituindo este último e original trabalho o principal motivador da presente investigação.

O processo – quiçá por força das razões que já antes Keil do Amaral antevira – irá arrastar-se (quase) ad infinitum, encontrando-se ainda ativo à data de Revolução de 74. De facto, em 1972, é a própria DGSU que reconhece, em informação interna, onde se procede a um balanço da actividade desenvolvida, que, à data, os Planos dos Sectores 3, 4 e 11 estavam completos, o do Sector 6 na fase de esboçeto

e “em curso os estudos de mais três sectores: um já na fase de plano (com o esboçeto concluído) – sector 5, os outros na fase de ‘esboçeto’ – sectores 7 e 8” (Brito, 2009: 191). E, eventualmente, o Plano terá mesmo acabado por ser “esquecido e quando a DGSU o envia para Parecer do CSOPT [Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes], este nada acrescenta de relevante (Parecer 3 882-IV, 31.8.1974)” (Idem: 176).

No que respeita ao específico estudo de Prospecção e defesa da paisagem urbana do Algarve, este arrastar-se-á de 1965 até 1970 sem que se possa afirmar ter sido inteiramente concluído, como veremos adiante. Entregue ao Arq.^º Joaquim Cabeça Padrão, técnico dos quadros DGSU, pelo Diretor Geral dos Serviços, o estudo, que previa inicialmente a “prospecção” de 47 aglomerados (num total de 50 volumes), poderá não só ter enfrentado algumas resistências⁷ como não terá beneficiado de “uma divulgação alargada junto do meio técnico” (Pinho, 2009: 805), muito embora tenha sido considerado nos mencionados planos sub-regionais⁸. O certo é que, dos referidos 50 volumes, apenas deverão ter sido efetivamente executados 31⁹, co-

³ Correspondentes a cada um dos onze Sectores em que divide a área de intervenção do plano, a saber (de acordo com a indicação manuscrita constante da Folha 2 - Studio Generale per la Tutela e la Valorizzazione Turistica della Fascia Meridionale disponível online <http://www.dgotdu.pt>): Burgau - Meia Praia (3), Alvor - Praia da Rocha (4), Lagoa (5), Alporcinhos - Praia da Galé (6), Praia da Galé - Vilamoura (7), Quarteira/Vilamoura - Ludo/Faro (8), Faro - Tavira (9), Cabanas - Fábrika (10), Cacela - VR Santo António (11). Os sectores 1 e 2 corresponderão certamente à faixa entre Burgau e o Cabo de S. Vicente e este e Odeceixe.

⁴ Entregue a uma equipa de engenheiros agrónomos constituída por João Cabral, Carvalho Cardoso, Oliveira e Silva e Rhodes Sérgio.

⁵ Entregue a uma equipa de arquitetos paisagistas constituída por Viana Barreto, Frazão Castello-Branco e Ponce Dentinho.

⁶ Embora seja outro o título que encabeça a página de abertura de cada um dos volumes - “Prospecção, Preservação e Recuperação de Elementos Urbanísticos e Arquitectónicos Notáveis, em Áreas Urbanas e Marginais Viárias, na Região do Algarve”-, optamos por identificar o estudo pela designação simplificada que consta do cabeçalho das fichas de prospecção. Essa, aliás, corresponde também ao título que Silva Passos dá ao artigo que, a esse respeito, publica no Boletim da DGSU (Passos, 1972), na medida em que é de igual modo aquele que melhor sintetiza as duas dimensões essenciais do trabalho: o levantamento (prospecção) e a salvaguarda (defesa) patrimoniais.

⁷ Na conversa que mantivemos com o Dr. Carlos Vieira de Faria, este recordou uma entrevista que Cabeça Padrão terá dado a um jornal nacional, em 1970/71, a respeito do referido estudo, e que, tendo chegado ao conhecimento do Diretor-geral ainda antes da sua publicação, terá merecido deste forte censura, acabando por não ser publicada.

⁸ O Arq.^º Alfredo da Mata Antunes, que fez parte da equipa, liderada pelo Arq.^º Frederico George a quem foi incumbido o desenvolvimento dos planos dos sectores 3 e 8, não confirmou, em entrevista que nos concedeu em Março de 2013, que as premissas do estudo da equipa de Cabeça Padrão tenham sido consideradas no referido plano, não se recordando sequer do mesmo. No entanto, nos planos sub-regionais a que tivemos acesso, nomeadamente nos referentes aos sectores 4 e 11, é feita referência àquele estudo.

⁹ Silva Passos (1972: 9) enumera 29 mas omite da lista dois (Ferragudo e Lagos) que foram efetivamente executados e constam do conjunto de 21 que se encontra depositado no Arquivo Municipal do Barreiro. Note-se, no entanto, que o próprio Cabeça Padrão havia já afirmado, em 1971 – na comunicação que apresenta ao Congresso da FIHUAT, em Belgrado – que, relativamente aos 47 aglomerados, “all of those schemes were ready in 1970” (Padrão, 1971: [2]).

nhecendo-se atualmente o paradeiro de apenas 21 destes volumes que se encontram, desde há relativamente pouco tempo, depositados no Arquivo Municipal do Barreiro.

Entretanto, no terreno, o “progresso” prossegue imparável, indiferente (e graças?) aos humores da administração pública¹⁰, fazendo alastrar a outros aglomerados o que Padrão já havia denunciado, de forma bastante enfática – uma “monstruosa renovação urbana” – a respeito do sucedido em Armação de Pêra (Padrão et al. 1965-1970: Vol. 9), confirmando-se assim os temores premonitórios de Keil do Amaral.

ARQUITECTURA POPULAR: O SEU LUGAR NA EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS PATRIMONIAIS E ENQUADRAMENTO À ÉPOCA DO ESTUDO DA DGSU

Qualquer um dos três estudos que deveriam informar o PRA assume ainda hoje uma importância significativa para as disciplinas da Arquitectura e do Urbanismo, quer por captarem uma realidade já em vias de significativa transformação, quer pelas propostas teóricas e metodológicas que encerram. De entre eles, interessa-nos aqui destacar o da Prospecção e defesa da paisagem urbana do Algarve, pela importância atribuída, não são ao património urbano, mas sobretudo, e em particular, às arquiteturas não eruditas¹¹, que aqui assumem, pela primeira vez no contexto nacional, um papel fundamental para o processo de planeamento e conservação urbana. De facto, tanto um (o património urbano) como o outro (o património vernacular) estavam longe do centro das preocupações gerais das teorias e práticas patrimoniais até aos inícios do século XX, centradas sobre o restauro de monumentos, enquanto objectos singulares, e arquiteturas eruditas com que se adjetivavam e descreviam as cidades (Choay, 2006: 157).

Segundo Jukka Jokilehto, na verdade, são bem mais longínquas as primeiras manifestações do nosso interesse

disciplinar por aquilo que, cabendo no que hoje designamos como património urbano, inclui também as manifestações de arquitetura popular, vernacular e/ou espontânea – ou, numa palavra, tudo o que escapa à classificação de erudito – e propõe situá-las no século XV, quando Leon Battista Alberti chamou a nossa atenção para o valor paisagístico dos sítios ou, no final do século XVIII, quando Quatremère de Quincy apela à importância do contexto (Jokilehto, 1986: 18, 118-119). John Ruskin, em meados do século XIX, propõe um claro alargamento do conceito de património; criticando precisamente a visão redutora que apenas valoriza a obra per se ignorando a teia de relações que esta estabelece com a envolvente ou contexto em que se afirma, Ruskin faz alargar o interesse do objecto singular de carácter erudito às manifestações de arquitetura doméstica, associada às habitações mais humildes, e aos conjuntos urbanos. Mas a sua, comparando com a nossa percepção actual, era ainda, uma visão algo restritiva, na medida em que circunscreve as arquiteturas não eruditas ou monumentais a um mero papel figurativo e essencialmente memorial (Choay, 2006: 158-160), cuja estratégia de preservação passa mais pela sua conservação, cristalizando-a no passado que representa, que numa recuperação para um uso contemporâneo – visão que nos parece algo similar à da abordagem do estudo da própria DGSU.

Defendendo, como Ruskin, a “importância da envolvente enquanto integração contextual dos monumentos” (Aguar, 1999: 89), Camillo Sitte virá, no final do mesmo século a acrescentar, à importância memorial, a importância histórica, i.e. como testemunho documental de um urbanismo que produziu o belo, ou o artístico, sem que isso se tenha traduzido, necessariamente, numa militância ativa pela preservação de património urbano (Choay, 2006: 166).

Choay fecha esta trilogia no início do segundo quartel do século XX com as propostas de Gustavo Giovannoni

¹⁰ A que acresce o facto de que, segundo Fernando Gonçalves (1988, apud Brito, 2009: 168), “nenhum destes planos regionais tinha cobertura legal”.

¹¹ Ou o que John Ruskin, na primeira metade do séc. XIX, designa arquiteturas domésticas e que, nos dias de hoje, poderemos enquadrar nos conceitos de arquitetura popular, vernacular, espontânea ou ainda, recorrendo à formulação de Bernard Rudofsky (1964), arquitetura sem arquitetos. De ora em diante adotaremos a designação de arquitetura popular.



(1995), que resgata a cidade antiga de um passado memorial ou apenas estético propondo-a tecido vivo e investindo-a de uma dimensão dialéctica e integradora (ocupando um novo lugar dentro de um novo urbanismo policêntrico e polinuclear). Acrescentando aos conjuntos urbanos antigos não só os valores memorial e histórico mas também importantes valores de uso, Giovannoni vai ainda mais longe ao reconhecer o que designa por arquiteturas menores como parte integrante do conceito mais abrangente para o qual inventa a designação de património urbano (Choay, 2006: 169), fazendo-lhes assim corresponder uma nova espécie de monumento colectivo em que se constitui a cidade e os conjuntos urbanos ancestrais.

Importa aqui considerar, como sempre sublinhou Choay, que a visibilidade e a importância que adquirem assim as arquiteturas menores que constituem a cidade antiga resultam essencialmente do sentimento de perda decorrente da destruição a que são sujeitas no âmbito dos novos processos de desenvolvimento urbano decorrentes das transformações operadas pela Revolução Industrial, levados a cabo quer com intuítos higienistas (a demolição e renovação urbanas e o recuo das frentes edificadas para alargamento de antigas ruas), quer com o propósito de “dignificar” – ou “desafrontar” – os próprios monumentos. E diga-se de passagem que essa visão redutora continuará ainda a fazer o seu caminho ao longo do século XX, justificando grande parte das intervenções de renovação urbana operadas em muitas cidades europeias e a que o nosso país não escapou – sendo, aliás, algumas das propostas constantes do estudo aqui em análise um bom exemplo¹².

Estas duas visões, aliás, irão confrontar-se de forma sensível até, pelo menos, à década de 1960 sob influência de dois documentos essenciais: a Carta de Atenas do Restau-

ro, de 1931, e a Carta de Atenas do Urbanismo, de 1933. A primeira, claramente influenciada pelo pensamento de Giovannoni, postula, pela primeira vez, a importância da envolvente dos monumentos da antiguidade e a necessidade de respeito pelo carácter e o aspecto externo das cidades, admitindo que certos conjuntos e perspectivas deviam ser preservados (Ribeiro, 2010: 14). A segunda – que, enquanto síntese-manifesto do Movimento Moderno, irá constituir-se na cartilha das novas gerações de arquitectos – reconhece unicamente aos edifícios ou conjuntos reveladores de uma arquitetura maior o direito a serem protegidos da demolição, acrescentando que a demolição de construções não qualificadas na envolvente dos monumentos históricos permitiria “criar novos espaços públicos”.

O próprio Cabeça Padrão - que ingressa na DGSU em 1956 sendo colocado na Direcção Geral de Melhoramentos Urbanos – não terá sido imune à influência higienista e renovadora do Movimento Moderno. Mas dois estágios decisivos que fez em Inglaterra e Escócia, em 1962, como bolsheiro do Instituto de Alta Cultura e do British Council para estudar a preservação e recuperação de núcleos urbanos antigos, tê-lo-ão levado a abraçar, a partir daí, outras causas. E é precisamente na afirmação do valor dos conjuntos e perspectivas urbanas que devemos procurar inscrever a importância atribuída por Kevin Lynch (1960) e Gordon Cullen (1961) à imagem da cidade e à paisagem urbana, naquelas que se tornarão duas obras de referência fundamental nesta matéria – e cuja influência directa, se não no trabalho da DGSU em geral, pelo menos neste estudo em particular, nos parece incontornável.

Será por este período que surgirão também os principais instrumentos normativos e operativos, no urbanismo e no contexto internacional, que instituem a conservação de

¹² Confira-se, a esse propósito, algumas das “terapêuticas” formuladas para Tavira e Faro, onde é proposta a demolição de algumas edificações, mesmo que não consideradas dissonantes, com o intuito de “desafogar” e “reconduzir [...] a área monumental” (Padrão et al. 1965-1970: Vol. 22) – de resto, em consonância com o que o próprio Cabeça Padrão defenderá na comunicação que apresenta ao Colóquio de Urbanismo do Funchal, em 1969, ao admitir poder ser “necessário proceder a seleccionadas demolições no sentido de valorizar este ou aquele prédio, este ou aquele conjunto de prédios” (Padrão, 1969: 132), e com os princípios associados à teoria do diradamento proposta por Gustavo Giovannoni (Cf. Jokilehto, 1986: 351).

áreas urbanas históricas baseadas em zonas de intervenção e planos de salvaguarda. São esses os casos da *Monumentenwet* (lei dos monumentos e edifícios históricos) holandesa, de 1961, que cria o estatuto de paisagem rural ou urbana protegida, definindo as responsabilidades do Estado na sua preservação; da *Loi Malraux* francesa, de 1962, que define os “secteurs sauvegardés” e os “plan de sauvegarde” assim como os “périmètres de restauration immobilière”, instrumentos alternativos à renovação urbana, com o intuito de salvar sectores urbanos e incentivar o restauro de áreas antigas ameaçadas de degradação ou demolição; bem como, mas já em 1967, da *Civic Amenities Act* inglesa, que cria o conceito de “conservation areas”. É também por esta altura, em 1962, que a *Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e carácter das paisagens e sítios*, aprovada pela UNESCO, não só institui o conceito de património natural como consagra a importância da paisagem, urbana ou rural, ao apelar à salvaguarda da “beleza e do carácter das paisagens e sítios, naturais, rurais ou urbanos, devidos à natureza ou obra do Homem”.

A defesa e a valorização dos sítios, urbanos e rurais, e dos conjuntos histórico-artísticos irão também estar no centro das atenções do Conselho da Europa, como atestam os três documentos que este adopta, em 1963, sobre esse tema – *Assembly Recommendation 365*, *Resolution 249* e *Directive 216*. Nestes, é proposta “a convocação de uma conferência para abordar o problema da salvaguarda e da revalorização dos antigos conjuntos urbanos europeus e para a definição de programas de actuação comuns”, de que resultarão vários simpósios e reuniões internacionais (Barcelona e Viena, 1965; Bath, 1966; Haia, 1967; Avignon, 1968) de onde sairá um forte incentivo à cultura de conservação urbana (Aguiar, 1999: 105).

Finalmente, em 1964, a *Carta de Veneza* – relativa à *Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios* – virá consagrar, em definitivo, a importância da arquitectura tradicional, também dita popular, doméstica ou menor. Por um lado, ao integrar no conceito de monumento histórico “quer as grandes criações, quer as realizações mais modestas”

enquanto testemunho vivo das suas tradições seculares. E por outro, apelando ainda, de forma significativa, à conservação do espaço envolvente tradicional de um monumento (Ribeiro, 2010: 15) – ou seja, às arquitecturas de acompanhamento, como continuarão a ser consideradas até se conseguirem libertar do estatuto subalterno a que, apesar do crescente reconhecimento, continuarão a ser votadas, abordagem da qual este estudo da DGSU não se distancia particularmente.

Acresce ainda considerar que a importância do espaço envolvente tradicional de um monumento estava já, e de certa forma, consagrada na legislação patrimonial nacional desde 1924. Com efeito, a *Lei nº 1.700*, de 18 de Dezembro de 1924, determinava, entre outras disposições, a extensão do conceito de salvaguarda à envolvente de um imóvel classificado. Facto inédito até à data, mas que não impediu que ações de renovação urbana ou de reabilitação, valorização e dignificação de imóveis classificados tenham ido tão longe quanto o foram em Coimbra ou Lisboa. Este constituiria, no entanto, o embrião das futuras zonas de proteção, que só viriam a ser efetivamente consagradas em 1932, através do *Decreto nº20.985* de 7 de Junho (Idem: 25).

É certo que esta disposição por si só, não garantia (como não garantiu) a conservação de conjuntos urbanos de características arquitectónicas populares ou não eruditas. Mas também não deixa de ser verdade que a classificação de elementos de carácter territorial, como é o caso das muralhas que circundam alguns conjuntos urbanos mais antigos, viria a permitir, ao abranger nas suas áreas de proteção um conjunto bem mais vasto de edifícios, a conservação de muitos daqueles a que era apenas reconhecido o valor de acompanhamento – pelo menos os que escaparam às operações de “desafrontamento” ou “dignificação” dessas estruturas.

Nesse aspecto, importa sublinhar o pioneirismo, à escala nacional, do estudo da DGSU, na medida que as medidas de salvaguarda aplicadas aos conjuntos urbanos “de qualidade” não decorrem, salvo raras exceções, da circunstância de estes estarem abrangidos por uma qualquer zona de



proteção, mas antes do facto de eles próprios constituírem elementos passíveis de ser consagrados como monumento histórico¹³ – em linha, de resto, com o proclamado na Carta de Veneza¹⁴. Por outro lado, não deixa de ser curioso que, quase duas décadas antes, em 1949, e no âmbito da discussão na Assembleia Nacional, do projeto-lei daquela que viria a ser a Lei n.º 2032, de 11 Junho¹⁵, houvesse já sido sublinhada a ausência de uma outra categoria patrimonial que permitisse a proteção legal de “elementos ou conjuntos de valor artístico, arqueológico histórico ou paisagístico, que não cabiam nos níveis de Monumento Nacional e Imóvel de Interesse Público” (Neto, 2001: 179-180). Sendo aqueles definidos como “pequenas ou grandes praças que conservassem unidade de conjunto e oferecessem interesse pelo pitoresco ou por certa beleza das construções, ainda que modestas, trechos de paisagem ou simples manchas de vegetação”, a discussão apelava assim à “necessidade de proteger o ambiente no qual os elementos ou conjuntos estão implantados” (Idem: ibidem).

De qualquer forma, a crescente importância atribuída às manifestações populares, vernaculares ou espontâneas de arquitetura vinha sendo sublinhada desde as primeiras décadas do século XX por vários autores através de estudos, levantamentos ou inventários abrangendo os respectivos países. Portugal, também neste aspecto não escapará a regra, e, na esteira dos trabalhos pioneiros já antes empreendidos no âmbito da Etnologia e da Geografia¹⁶, virá a ser

percorrido de lés-a-lés, durante os anos 1955 e 56, pelas seis equipas de arquitetos a quem é incumbida a “iniciativa necessária” para cuja importância Keil do Amaral havia alertado quase uma década antes (Amaral, 1947). Publicada em 1961 como *Arquitectura Popular em Portugal* (Amaral et al., 1961), aquela não só constituirá uma autêntica pedra no charco onde há muito estagnavam as águas da “casa portuguesa”, como permitirá também o derrube de alguns preconceitos “modernos”, contribuindo de forma sensível para a afirmação da importância daquela que Bernard Rudofsky, em 1964, cunhará como arquitetura sem arquitetos (Rudofsky, 1964) e à qual o estudo de Prospecção e defesa da paisagem urbana do Algarve atribuirá, no âmbito estrito do planeamento e ordenamento do território, uma importância verdadeiramente sem precedentes à escala nacional e com relativamente poucas equiparações a nível internacional.

PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA PAISAGEM URBANA DO ALGARVE: LEITURA DE SÍNTESE

a) ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Elucidado o contexto em que é lançado o estudo de Prospecção e defesa da paisagem urbana do Algarve, importa agora perceber de que forma o mesmo se organiza e estrutura, considerando para tal os 21 volumes que são conhecidos e, nesse aspecto, se repetem com algumas pequenas variantes. Constituinte do acervo atualmente dispo-

¹³ Sendo justo aqui destacar, a esse respeito, a forma como Cabeça Padrão descreve Cacela ao referir que, neste aglomerado, e à parte uma “forte dissonância ambiental”, tudo o resto é “extraordinária arquitectura popular, de raiz, rica, riquíssima de interesse, pura, puríssima de forma, de pormenores decorativos, de escala humana, de perspectivas urbanas surpreendentes”, merecendo “pelo seu alto valor monumental (fortaleza e igreja matriz), pelo seu alto valor arquitectónico popular (a restante vila), [...] um cuidado e um carinho que a arranque do abandono a que tem sido votada” (Padrão, 1965-1970: Vol. 11).

¹⁴ Embora, a nível das propostas concretas de intervenção no edificado, Ana Pinho (2009: 801) faça notar que “as opções não são inovadoras, indo até em parte contra o que já tinha sido estipulado na Carta de Veneza”, correspondendo a “uma abordagem que já estava ultrapassada a nível europeu.”

¹⁵ Lei que veio introduzir alterações nas competências relativas à promoção do processo classificatório e no próprio conceito de património, acrescentando ainda uma nova categoria designada Valor Concelhio.

¹⁶ Referimo-nos, nomeadamente, ao trabalho pioneiro dos investigadores ligados ao Centro Nacional de Etnologia – Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira –, na primeira disciplina, e Orlando Ribeiro, na segunda.

nível no Arquivo Municipal do Barreiro, estes 21 volumes é o que se conhece dos (pelo menos) 31 que terão efetivamente sido executados¹⁷ e menos de metade dos 50 volumes inicialmente previstos.

Deste 50 volumes¹⁸, 47 correspondiam a outros tantos aglomerados a “prospectar”, a saber: Albufeira (concelho de Albufeira); Aljezur e Odeceixe (concelho de Aljezur); Azinhal e Castro Marim (concelho de Castro Marim); Estoi e Faro (concelho de Faro); Carvoeiro, Estômbar, Ferragudo, Lagoa e Porches (concelho de Lagoa); Almádena, Barão de São João, Bensafrim, Espiche, Lagos e Praia da Luz (concelho de Lagos); Alte, Loulé e Quarteira (concelho de Loulé); Monchique (concelho de Monchique); Fuzeta e Olhão (concelho de Olhão); Alvor, Mexilhoeira Grande, Portimão e Praia da Rocha (concelho de Portimão); S. Brás de Alportel (concelho de S. Brás de Alportel); Alcantarilha, Armação de Pêra, Pêra, S. Bartolomeu de Messines e Silves (concelho de Silves); Cabanas, Luz de Tavira, Santa Luzia e Tavira (concelho de Tavira); Barão de São Miguel, Budens, Burgau, Raposeira, Sagres, Salema e Vila do Bispo (concelho de Vila do Bispo); e Cacela e Vila Real de Santo António (concelho de Vila Real de Santo António).

Dos trabalhos de levantamento e análise no terreno serão incumbidos Joaquim Cabeça Padrão, Alfredo de Campos Matos, Romeu Pinto da Silva (arquitetos) e José Manuel da Silva Passos (sociólogo) (Passos, 1972: 10)¹⁹. Destes,

Cabeça Padrão aparenta ter sido o mais ativo numa primeira fase, tendo sido o autor de todos os estudos executados no 1º período (á exceção do Vol.4 – Ferragudo, cuja autoria partilha com Campos Matos) e ainda de dois do 2º período (Faro e Tavira, cuja autoria partilha com outro técnico cuja identidade não se conseguiu ainda apurar). Precisamente neste 2º período, a autoria dos trabalhos apresenta-se mais distribuída, e (para além dos dois atrás referidos) abrange seis estudos entregues a Campos Matos (Alte, Fuzeta, Monchique, Olhão, Praia da Luz e Silves), três a Silva Passos (Estômbar, Sagres e Vila do Bispo) e, pelo menos, outros três a Pinto da Silva (Burgau²⁰, Carvoeiro e Lagoa) e desconhecendo-se a autoria de outros três (Aljezur, Odeceixe e Salema).

Importa no entanto referir que, em carta enviada à CM de Faro agradecendo a medalha que esta lhe atribui pelo seu trabalho, Cabeça Padrão refere – e apesar do estudo conter outra assinatura para além da sua – ter realizado o trabalho “sozinho, [feito] de «faz-tudo», forçado a meter-se por «searas alheias» para as quais não estava nem [se encontrava] preparado”, lamentando a ausência de “uma equipa estruturada e homogénea, capaz de satisfatoriamente responder à problemática que este tipo de trabalho exige, capaz de detectar, estudar e concluir sobre os vários aspectos da Vida e da Cultura” (Padrão et al. 1965-1970: Vol. 22). Na mesma carta, Padrão reconhece ainda que “esta nossa

¹⁷ A saber: Vol. 4 (Ferragudo), Vol. 5 (Albufeira), Vol. 6 (Alvor), Vol. 7 (Lagos), Vol. 8 (Porches), Vol. 9 (Armação de Pêra), Vol. 10 (Pêra), Vol. 11 (Cacela), Vol.12 (Vila Real de Santo António), Vol. 13 (Azinhal), Vol. 14 (Castro Marim), Vol. 5 (Carvoeiro), Vol.16 (Lagoa), Vol. 17 (Mexilhoeira Grande), Vol.18 (Alcantarilha), Vol. 19 (Portimão), Vol. 20 (Fuzeta), Vol. 21 (Olhão), Vol. 22 (Faro), Vol. 23 (Tavira), Vol. 24 (Praia da Luz), Vol. 25 (Alte), Vol. 26 (Monchique), Vol. 27 (Odeceixe), Vol. 28 (Aljezur), Vol. 29 (Burgau), Vol.? (Estômbar), Vol.? (Sagres), Vol.? (Salema), Vol.? (Silves) e Vol.? (Vila do Bispo). Desconhece-se o paradeiro dos volumes 15, 24, 20, 21, 27 e 28 bem como os correspondentes a Estômbar, Sagres, Salema e Vila do Bispo. Ver também a nota 9.

¹⁸ Este número e a lista de aglomerados que se segue são os indicados no Vol. 4, o primeiro a ser entregue (1965) e onde é descrita a “organização geral do trabalho”, como veremos mais à frente, bem como nos volumes 12, 13 e 14, sendo também o número referido por Cabeça Padrão no Colóquio do Funchal, em 1969 (Padrão, 1969: 134). No entanto, o número e lista constantes dos Vol. 5 já são diferentes, sendo mencionados apenas 49 volumes (número que se repete nos vols. 6 a 11, 16 e 29) e 46 aglomerados, deles constando “Albicada” (que se supõe corresponder a Abicada, no concelho de Lagoa), que não fazia parte da lista inicial, mas sendo omitidos Pêra (cujo volume seria efetivamente executado) e S. Bartolomeu de Messines. No entanto, os 47 aglomerados voltam a ser mencionados por Cabeça Padrão em 1971 na referida comunicação ao congresso da FIHUAT (Cf. Padrão, 1971: [12]).

¹⁹ É verosímil que cada um dos referidos técnicos não trabalhasse sozinho mas antes encabeçasse, de facto, uma equipa de trabalho, como de resto algumas das fotos constantes dos estudos sugerem ao captarem a imagem de outros elementos e o próprio Cabeça Padrão reconhece na acima referida comunicação.

²⁰ Embora a autoria do volume relativo a Burgau seja aqui atribuída sob reserva já que decorre apenas das semelhanças detectadas com os outros estudos executados por Romeu Pinto da Silva.



actividade de «Classificação, Defesa e Recuperação da Paisagem Urbana», já de si uma complexa particularização de um Urbanismo de si complexo só muito recentemente se iniciou entre nós [...] não tendo atingido ainda (longe disso!) o grau de maturidade e de experiência seguras que só a homogénea aglutinação de esforços de uma «equipa-ciência» seguramente lhe [proporcionaria]”, assumindo assim as limitações do trabalho decorrentes da ausência de uma equipa multidisciplinar (Idem: ibidem).

Relativamente ao Volume 1, que deveria esclarecer o Âmbito e Propósito do trabalho e as suas Implicações no Plano Regional do Algarve, bem como lançar um olhar sobre O Algarve: [do ponto de vista da sua] História, Geografia Física e Humana, Economia, Arqueologia e Etnografia, este, “embora já principiado [à data da conclusão do Volume 4, o primeiro a sê-lo], pelas suas implicações de investigação e colaboração de etnólogos especializados, não foi ainda possível finalizar”. As razões para tal prendem-se, explica-se logo de seguida, com o facto de “a natureza urgente deste trabalho – que dia a dia se arrisca a perder a sua oportunidade – não [permitir] adiamentos, tanto mais que os urbanistas incumbidos do planeamento sub-regional, aguardam os elementos aqui coleccionados” (Padrão et al. 1965-1970: Vol. 4).

Mas pena é que este primeiro volume não tenha sido inteiramente concluído²¹, já que era suposto conter (no âmbito da Etnografia, como é referido) um estudo do desenvolvimento tipológico da habitação das três regiões naturais do Algarve – Serra, Barrocal e Litoral – e respectivo mapa tipológico, bem como a identificação das influências do norte d’África acompanhada de mapa tipológico habitacional da bacia mediterrânica.

E no que respeita aos volumes 2 (Prospecção Marginal Viária) e 3 (Filiação Tipológica dos Elementos Prospecta-

dos), esclarece-se (na Introdução ao Volume 4, e tal como no caso anteriormente referido) que “em qualquer altura terão cabimento, tanto mais que não é nas áreas rurais que a delapidação do património arquitectónico popular se faz sentir mais fortemente, mas, muito pelo contrário, nos centros urbanos, quase todos, agora, sob o impacto avassalador do turismo” (Idem: ibidem).

Sendo o primeiro volume a ser concluído (com data de 20 de Outubro de 1965), é também, e por isso, o Volume 4 (Ferragudo) que esclarece, na respectiva Introdução, como é definida a “organização do trabalho”, referindo que o “contrato será desenvolvido em dois períodos que constituirão a 1ª FASE” (em maiúsculas no original) (Idem: ibidem) – sem que, no entanto, elucide depois em que consistiria a 2ª fase –, sendo os aglomerados a prospectar no 1º período²² “determinados em função do planeamento sub-regional”, ou seja, dos planos sectoriais definidos no PRA. O trabalho a ser desenvolvido nessa 1ª Fase corresponderia à Prospecção, ao Arrolamento, à Classificação e à elaboração de Relatórios individualizados para cada Área Classificada e Zona de Protecção respectiva, bem dos Mapas correspondentes, e ainda à indicação da Terapêutica sumária e definição da Regulamentação e Legislação a aplicar (Idem: ibidem).

A base de incidência do trabalho divide-se em duas componentes designadas Áreas Urbanas de Qualidade e Áreas Viárias de Qualidade. As primeiras compreendem, a) espaços urbanos arquitecturados – praças e ruas, b) grupos de construções em espaços indefinidos – de qualidade arquitectónica e de qualidade paisagística urbana, c) edifícios isolados - de qualidade arquitectónica e de dissonância ambiental, e d), zonas e unidades arqueológicas. Relativamente às segundas, são considerados grupos de construções e edifícios isolados (habitações, capelas, noras, moinhos). (Idem: ibidem). Quanto á “constituição do trabalho”,

²¹ Apesar de em 1971, na mencionada comunicação, Cabeça Padrão dar o referido estudo/volume como estando já executado.

²² Albufeira, Alcantarilha, Alvor, Armação de Pêra, Azinhal, Cacela, Castro Marim, Ferragudo, Lagos, Mexilhoeira Grande, Pêra, Porches, Portimão e Vila Real Santo António. Note-se, no entanto, que o Azinhal não integra a área de intervenção de nenhum dos planos sub-regionais, nomeadamente o que lhe é mais próximo, o do sector 11 que abrange Cacela, Vila Real de Santo António e Castro Marim.

do mesmo deveriam constar, a), uma descrição e análise justificativa, b) o inquérito de prospecção, constituído por dois tipos de fichas abrangendo (1) espaços urbanos arquitecturados e grupos de construções espacialmente indefinidos, (2) edifícios isolados e (3) documentário fotográfico, c) plantas dos aglomerados à escala 1:1.000 ou 1:2.000, identificando a delimitação das áreas urbanas genéricas classificadas, os espaços arquitecturados espacialmente definidos, os grupos de construções espacialmente indefinidos, os edifícios isolados e as zonas arqueológicas, d) plantas da região à escala 1:100.000 identificando os percursos de prospecção e os aglomerados prospeccionados, e) plantas da região à escala 1:25.000 identificando os edifícios isolados e os grupos de construções prospeccionados ao longo dos percursos, bem como, f) um regulamento e legislação (Idem: *ibidem*).

Relativamente à classificação dos espaços, grupos ou edifícios, eram propostas as categorias de Monumento Nacional, Monumento Nacional Proposto, Monumento Municipal, Arquitectura Erudita do 1º Grau, Arquitectura Erudita do 2º Grau, Arquitectura Espontânea, Edifício de Carácter Evocativo (literário, histórico, etc.) e Edifício Dissonante, sendo referido que a “classificação considerará o estado de conservação, bom ou mau (...), além do grau maior ou menor da sua adulteração”, e “tentar-se-á sugerir a terapêutica julgada mais conveniente para cada caso” e que, no respeitante à definição e delimitação das áreas urbanas “a preservar e recuperar”, bem como às suas “zonas de protecção”, as mesmas decorreriam da “densidade de edifícios classificados” (Idem: *ibidem*).

Analisados os 21 volumes disponíveis constata-se no entanto a ausência da descrição e análise justificativa, supondo-se que a mesma devesse estar contida, eventualmente, num dos três primeiros volumes. Da mesma forma, são omissas, nos referidos volumes, as plantas à escala

1:100.000 e 1:25.000, presumindo-se de igual modo que devessem fazer parte do Volume 2, correspondente à prospecção marginal viária. Relativamente à organização de cada volume, a mesma contempla 6 capítulos abrangendo os elementos fundamentais que constituem o trabalho: 1) Introdução, 2) Fotografias panorâmicas, 3) Fichas de prospecção, 4) Mapas, 5) Regulamento geral, 6) Documento fotográfico²³. Esta estrutura, no entanto, e no que parece indiciar uma evidente diferença de abordagem, não é seguida nos estudos atribuídos a Campos Matos, onde surge bastante mais simplificada. Note-se, de resto, que essa simplificação²⁴, não só neste caso como nos estudos realizado por Pinto da Silva, irá abranger ainda o desenvolvimento de alguns capítulos em particular, nomeadamente o capítulo 1, e no próprio preenchimento das fichas de prospecção.

Na Introdução são feitas considerações gerais e particulares que remetem, na sua maior parte, para citações de um conjunto de obras seleccionadas publicadas no âmbito disciplinar da História e da Geografia, bem como, por vezes, alguns comentários aos resultados da prospecção propriamente dita. Ao longo dos volumes não é feita, no entanto, qualquer referência ao Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa (Amaral et al., 1961), se exceptuarmos o estudo do Burgau, no qual, no espaço reservado às transcrições se junta a descrição do núcleo constante naquela publicação. Esta transcrição, que não merece qualquer comentário da parte do autor do estudo, não poderia no entanto deixar de aparecer considerando a relevância conferida naquela publicação a este núcleo (Cf. Idem: 255-257)

As fotografias panorâmicas, que em termos de número variam entre 1 e 6 (à exceção do Alvor, com 9) captam essencialmente vistas do aglomerado a partir do seu exterior e, em alguns volumes, surgem acompanhadas de comentários onde se chama a atenção para os exemplos que justificam os propósitos do estudo e a importância de preserva-

²³ No Vol. 4, e para além destes, surge um capítulo dedicado à “terapêutica geral” que não se repetirá em mais nenhum dos outros volumes analisados.

²⁴ Importará ressaltar que o termo “simplificação” não deve ser entendido como juízo de valor, mas tão só como constatação de facto resultante de uma análise ainda preliminar.



ção, “despertando, se possível e quanto possível, um «bom senso comum» adormecido ou amolecido em face da pressão causada pelos «grandes empreendimentos» (Padrão et al. 1965-1970: Vol. 4)

Relativamente às fichas de inquérito de prospecção, esta são, como atrás se disse, de dois tipos. No primeiro tipo, relativo aos espaços urbanos arquiteturados e grupos de construções espacialmente indefinidos, identifica-se o espaço através da respectiva designação toponímica e de uma planta de localização, descrevem-se sumariamente o estado de conservação, as características do ambiente, o trânsito de veículos, a natureza das pendentes, o tipo de mobiliário urbano, as aberturas panorâmicas, a arborização, a iluminação, o nível de vitalidade, e as características do pavimento, e propõe-se a terapêutica considerada adequada. No segundo tipo, concernente aos edifícios isolados, identifica-se a localização do edifício e a respectiva utilização e procede-se à sua classificação dentro das categorias atrás referidas, num quadro onde se cruzam a informação relativa ao estado de conservação (bom, razoável ou mau) e o grau de adulteração (isento, ligeira ou profunda). Nesta ficha são ainda reservados espaços para a identificação de eventual carácter evocativo, para observações – onde se anotam eventuais elementos ou pormenores notáveis e se caracteriza, sumariamente, o edifício em causa, recorrendo-se, por vezes, à crítica pela “falta de qualidade” intrínseca ou “falta de enquadramento” no conjunto – e para a terapêutica proposta.

Sendo a metodologia e a organização do trabalho ba-

sicamente idênticas, é essencialmente no preenchimento destas fichas que sobressaem as diferentes autorias, como atrás se disse. Sem querermos ainda entrar em análises muito aprofundadas, nem fazer juízos de valor prematuros, podemos no entanto afirmar que a um maior voluntarismo que poderíamos considerar maximalista – quer na caracterização, quer na terapêutica – da parte de Cabeça Padrão, opõe-se (se assim se pode dizer) um certo pragmatismo minimalista da parte de Campos Matos e Pinto da Silva, o que parece denunciar entendimentos diversos sobre a que deve ser a abordagem a este tipo de trabalho e a estas realidades – algo que, no entanto, só os próprios poderiam esclarecer²⁵.

Nos comentários com que apresenta o Regulamento – e que se repetem nos volumes analisados – é admitida a eventual insuficiência do estudo tendo em conta “a falta de um REGULAMENTO-BASE orientado no sentido da PRESERVAÇÃO e da RECUPERAÇÃO da PAISAGEM URBANA em aglomerados de qualidade reconhecida que pudessem servir de experiência para o nosso estudo” (maiúsculas tal como no original), reconhecendo-se assim, mesmo que implicitamente, o carácter inovador do trabalho. O regulamento em si constitui igualmente uma peça que se repete de aglomerado para aglomerado²⁶ com muito poucas variantes, sendo as mais significativas as decorrentes do número de zonas que são definidas e delimitadas para o aglomerado em causa, variando estas entre apenas uma e três.

Entre estas áreas, assumem particular relevância as de interesse histórico e artístico, que agrega os conjuntos urba-

²⁵ Relativamente aos três estudos que terão sido executados por Silva Passos, desconhece-se a abordagem por nenhum deles constar dos 21 volumes atrás referidos.

²⁶ À exceção de Armação de Pêra e Portimão. No primeiro caso, e face à “monstruosa renovação urbana” que observa, Cabeça Padrão julga conveniente “considerar este aglomerado para uma TOTAL RENOVAÇÃO URBANA” (maiúsculas como no original), tornando-se assim, nestas circunstâncias, o regulamento “absolutamente inútil”, devendo, se aquele “critério [...] vier a ser adoptado”, ser usado o “REGULAMENTO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ARMAÇÃO DE PÊRA que vier a ser aprovado” (maiúsculas como no original) (Padrão et al. 1965-1970: Vol. 9) Pelos mesmos motivos, as duas áreas identificadas são designadas simplesmente como “área urbana mais característica do aglomerado” e “área urbana nova e de expansão”, tendo ainda apenas preenchidas quatro fichas do edificado, correspondentes aos que considera os únicos “edifícios de qualidade”. No segundo caso, porque “os exemplos de qualidade prospectados são pois tão dispersos e raros, que não foi possível entender um espaço, uma área urbana de qualidade que merecesse os cuidados de preservação e de recuperação que normalmente estes estudos recomendam”, e que sendo “o resto, muito mau, mesmo muito mau do ponto de vista arquitectónico e urbanístico [...] pode e deve ser entregue a uma bem estudada renovação urbana que considere e valorize as 11 peças que se assinalem, bem como os edifícios de acompanhamento” (Padrão et al. 1965-1970: Vol. 19)

nos considerados de maior qualidade, e de respeito, correspondente a áreas urbanas “envolvente[s] e valorizadora[s] daquela[s], dada a sua imediata proximidade”. Sendo as duas únicas que se repetem praticamente em todos os estudos, não é no entanto sem algumas variantes que isso ocorre. Assim, a primeira, surge designada por zona de interesse urbano-paisagístico nos estudos de Lagoa e Burgau – ambas de autoria de Pinto da Silva –, o que tanto poderá decorrer da ausência de elementos considerados de interesse histórico e artístico, como de uma significativa diferença de abordagem valorativa. Por outro lado, em Faro esta divide-se em duas áreas, designadas monumental e de qualidade – refletindo assim a maior riqueza, nesse aspecto, do aglomerado – e em Tavira adquire simplesmente a designação de área urbana de qualidade. Em qualquer dos casos, a estas áreas assim classificadas são associados propósitos de conservação mais estrita²⁷ e reintegração – ou recondução – de dissonâncias.

Relativamente à segunda, esta surge a maior parte das vezes associada à possível expansão, ou seja, aos casos onde são admitidos o crescimento urbano do aglomerado e maiores liberdades operativas embora condicionadas ao respeito pelo núcleo com maior valor. Este respeito traduz-se nos princípios regulamentarmente enunciados relativamente às volumetrias, formas e cores, por forma a estabelecer uma “transição não chocante” entre as áreas de interesse e as áreas de construção livre. Pinto da Silva (Lagoa e Burgau) e Campos Matos (Silves) irão, no entanto, designa-la por, respectivamente, zona de respeito e protecção, e, simplesmente, zona de protecção, acentuando assim a importância que esta área adquire na relação com a área de interesse.

Finalmente, uma terceira categoria, designada área non aedificandi (ou vedada à construção, como Campos Matos a designa em Silves), tanto pode corresponder a áreas que apresentam um “fundamental valor de paisagem rural ou

ajardinada” (Ferragudo), ou um “nítido valor de paisagem envolvente, valorativas, portanto, das principais áreas urbanas classificadas” no estudo (Albufeira, Alvor) como constituir zonas de protecção a monumentos legalmente definidas e como tal identificadas no respectivo diploma de classificação (castelos de Castro Marim e, embora apenas parcialmente, de Silves).

b) CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

Os estudos de prospecção e defesa da paisagem urbana do Algarve acabarão por não ter, pelas razões já apontadas, um impacto significativo a nível da salvaguarda do património urbano da região. Os aglomerados estudados foram, quase sempre, sujeitos em fases posteriores a um expressivo processo de transformação que acentuará a tendência de desaparecimento do património construído que então se procurava impedir.

É considerando a exígua repercussão que, por diferentes circunstâncias, estes documentos tiveram a nível da conservação do património que importará refletir sobre a sua importância para a caracterização da arquitetura tradicional e dos aglomerados do Algarve numa fase imediatamente anterior às grandes transformações que assolaram a região nas últimas décadas do século passado. Esta questão é tanto mais relevante quanto os estudos anteriormente elaborados em torno ao património arquitetónico no Algarve, p.e., no âmbito da arquitetura (Amaral et al., 1961) ou da etnologia (Oliveira & Galhano, 1960) incidem fundamentalmente no espaço rural.

Um dos elementos que acabará por adquirir maior importância para a caracterização deste património corresponde ao que os autores designam por documentário fotográfico, que é, apesar de tudo, caracterizado por uma diversidade significativa de respostas (número de fotografias e propósitos). Ainda que, como já foi notado anteriormente (Pinho, 2009: 801), a proposta constante nos estu-

²⁷ Particularmente ao nível da fachada, na medida em que é sugerida, com frequência, a melhoria do “equipamento e condições” das habitações sem que haja qualquer disposição que defenda a eventual importância de conservação da organização interna dos espaços das mesmas.





Figura 1 - Alvor (Volume 6)



Figura 2 - Lagoa (Volume 16)

dos da DGSU não estivesse imbuída duma dimensão social – como, p.e., a que viria a adquirir no estudo para o Barredo, no Porto, coordenado por Fernando Távora (1969) –, é interessante verificar que no documentário fotográfico de alguns aglomerados (em especial de Alvor e Burgau), a representação dos espaços e dos edifícios é marcada pela expressiva presença dos residentes e da comunidade (figuras 1 e 3), adquirindo assim também uma dimensão social ou etnológica, como é evidente, p.e., no caso do Alvor, em que se registam “as atividades da pesca” ou as figuras do aguadeiro e do “pregueiro” da vila.

Nalguns aglomerados de menor dimensão, como Cabela ou Alcantarilha, o conjunto das fotografias que fazem parte do documento permite-nos ter uma visão quase completa do núcleo urbano, retratando os diversos espaços e a grande maioria dos imóveis então existentes. No entanto, de um modo geral, a fotografia acabará por remeter, necessariamente, para uma leitura mais fragmentada do conjunto urbano. Esta questão não decorre apenas da escala dos aglomerados, mas, em especial, da dimensão operativa que este recurso acabará por adquirir, incidindo mais na representação do edifício que do espaço urbano e privilegiando o plano enviesado sobre uma ou mais fachadas (figura 2) ao plano da perspetiva central (figura 3). Por outro lado, quase sempre reportada a uma determinada ficha de



Figura 3 - Alvor (Volume 6)

“edifício isolado”, a fotografia acabará por recair privilegiadamente no monumento ou nas edificações dissonantes, remetendo para pano de fundo a edificação “espontânea” enquadrada na intervenção genérica proposta para a arquitetura de acompanhamento.

Mas mesmo considerando todas estas questões, o documentário fotográfico constitui um documento fundamental para a caracterização do património urbano da região em finais da década de sessenta. Primeiro, pelo modo como a preponderância da fotografia do edifício individual é, ainda assim, enquadrada por instrumentos para uma leitura de conjunto, como a indicação em planta das estações foto-



Figura 4 - Albufeira (Volume 5)

gráficas ou, especialmente, as diversas panorâmicas (figura 4) que se destacam do documentário fotográfico (marcando presença numa fase anterior dos estudos, logo a seguir à Introdução). E depois porque, mais uma vez, se inscreve na leitura diatópica decorrente da consulta dos diversos volumes e considerando as diversas subunidades regionais.

De facto, este estudo constitui um documento fundamental, não apenas por incidir num número significativo de aglomerados, mas por admitir uma leitura transversal resultante do encadeamento dos diversos volumes. Ainda que correspondendo, necessariamente, a uma estrutura-tipo repetida e ajustada aos diversos núcleos prospetados, alguns volumes disporão de informação específica que, sendo particularmente pertinente naquele aglomerado, acabará por contribuir (em articulação com os demais) para uma leitura alargada do património urbano da região. De resto, a própria “organização geral do trabalho” previa, como vimos, um primeiro volume que estabelecia uma síntese tipológica, alargada às diferentes subunidades regionais (Serra, Barrocal, Litoral).

O estudo de Ferragudo, que constitui o primeiro volume a incidir num aglomerado em concreto, adquire uma dimensão claramente introdutória, como atrás se referiu, enunciando alguns dos princípios gerais do trabalho e identificando os núcleos a classificar em cada uma das duas fases previstas. O volume de Vila Real de Santo António pri-

vilegia o enquadramento histórico em torno ao plano da vila de fundação iluminista, à figura do seu fundador Marquês de Pombal ou à identificação dos edifícios pombalinos. No estudo do Azinhal é proposta uma síntese, ainda que muito preliminar, sobre as três sub-regiões da arquitetura tradicional. Alguns outros temas que poderiam ser apresentados, como exemplo dessa abordagem particular a um núcleo mas com importância alargada à região, são as paredes e os revestimentos nos estudos do Azinhal e de Olhão, os pavimentos também no Azinhal e em Lagos, as cisternas em Porches, as cantarias manuelinas em Lagos e Alvor, as janelas de sacada e as guardas de ferro forjado também em Lagos, as reixas em Castro Marim, Tavira e Vila Real de Santo António ou as chaminés em Ferragudo, Pêra e Porches.

A descrição do património construído da região que resulta da leitura dos estudos de prospecção e defesa da paisagem urbana padece, como não poderia deixar de ser, da sua matriz ou abordagem primordialmente visual, incidindo fundamentalmente nos elementos que conformam o espaço público e não abordando informação adicional relevante para uma mais completa caracterização morfo-tipológica.

Deste modo, os estudos da DGSU, cujo desígnio fundamental adquiria uma dimensão propositiva, constituem também um contributo, ainda que de limites claros, para uma investigação mais integrada desta arquitectura, considerando não apenas os aspetos relacionados com a dimen-



Figura 5 - Castro Marim (Volume 14)

são formal ou com os elementos de fachada, mas tendo também em conta a organização do espaço público ou os sistemas construtivos numa perspetiva diacrónica. Os “factos urbanos” ou os monumentos, classificados ou a classificar, considerados mais relevantes pelos autores dos planos correspondem a imóveis quase sempre objeto de estudo particular no âmbito da história de arte. Importaria, numa segunda categoria, distinguir as edificações mais nobres de carácter habitacional correspondentes a edifícios quase sempre datados do século XVII e, em especial, do século XVIII (figura 5). Estes correspondem a uma síntese local, de piso térreo e piso nobre de vãos regularmente espaçados com emolduramento em cantaria de recorte clássico, em fachada rebocada e caiada a branco, frequentemente associados aos característicos telhados de tesouro. Esses edifícios, de um modo geral enquadrados nas categorias da arquitetura erudita de 1º ou 2º grau, contrastam com os edifícios ditos mais correntes, inscritos na categoria das “arquitecturas espontâneas” (figura 6) que remetem, em muitos casos, para uma menor escala, para uma significativa diver-



Figura 6 - Porches (Volume 8)

sidade volumétrica e para a frequente ausência de elementos que possam contribuir, de forma clara, para o desenho de uma determinada cronologia.

SÍNTESE CONCLUSIVA

Se é um facto que a importância destes estudos de prospeção e defesa da paisagem urbana do Algarve e o seu pioneirismo na história da preservação do património urbano já foi apontada por outros estudos recentes que se debruçaram sobre o desenvolvimento dos conceitos e práticas de reabilitação urbana em Portugal, como vimos, a análise dos seus contributos disciplinares e do seu valor não se esgota porém aí. Com efeito, este documento é ainda, de forma sensível, revelador das mais ou menos profundas transformações ocorridas no território sobre o qual incidem. Transformações essas que, infelizmente, e apesar do voluntarismo empregue por Cabeça Padrão, Campos Matos, Pinto da Silva e Silva Passos, viriam a ultrapassar significativamente as intenções reguladoras previstas para estes estudos e as suas propostas, não lhe permitindo as-

sim, e em boa parte dos casos, obter os resultados desejados (i.e. ajudar a controlar um processo de desmesurada modificação já em curso).

Para a posteridade, no entanto, fica o registo ímpar de um momento histórico do desenvolvimento urbano de cada um dos aglomerados e que – tão ou mais importante – permite estabelecer uma caracterização transversal aos diferentes núcleos da região.

Mas, salientada a importância deste estudo considerando o património urbano, importa referir que, sob o ponto de vista teórico e conceptual, estamos perante um estudo ainda de transição considerando as propostas de intervenção no edificado e “desafrentamento” dos edifícios e construções mais notáveis ou monumentais que dão continuidade a práticas anteriores. Ou seja, não é ainda um documento que revele uma prática já consolidada e ancorada a uma completa apreensão dos novos conceitos e teorias que então se iam já impondo, mas antes uma espécie de síntese possível e não ainda suficientemente maturada entre essas e as práticas então correntes, nomeadamente as seguidas no âmbito da acção da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Por outro lado, o modelo adoptado, embora algo rígido

na sua estrutura, revelou-se suficientemente ajustável aos critérios de cada autor. Dando azo a um conjunto de análises e propostas diferenciadas, estas evidenciam assim, e para além do que é imposto ou decorrente das características próprias de cada aglomerado, duas linhas programáticas fundamentais: uma mais maximalista e outra mais minimalista. Em qualquer dos casos, estamos a falar de uma metodologia que – como também já foi salientado pelos estudos a que atrás se fez referência – viria a servir de modelo aos futuros planos de salvaguarda e reabilitação surgidos, sobretudo, depois da revolução de Abril de 1974.

A este propósito, aliás, fica por ora um campo em aberto: o de procurar junto das autarquias correspondentes, ou outras entidades regionais competentes, os outros exemplos ainda desaparecidos e apurar a influência que as respectivas propostas terão eventualmente tido, bem como quais delas terão sido consagradas nos trabalhos no âmbito da salvaguarda patrimonial desenvolvidos posteriormente em várias das localidades abrangidas – sabendo-se, nomeadamente, que o próprio Cabeça Padrão viria a retomar em 1978 o estudo relativo a Vila Real de Santo António na proposta de classificação do respectivo núcleo pombalino (aprovada nesse mesmo ano).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, José (1999). Estudos cromáticos nas intervenções de conservação em centros históricos. Bases para a sua aplicação à realidade portuguesa. Tese de Doutoramento, Universidade de Évora.

AMARAL, Francisco Keil do (1961). “Nuvens negras sobre o futuro do Algarve”. In *Diário de Notícias*, Ano 40, Nº 13720, 23 de Fevereiro de 1961: 1, 11.

AMARAL, Francisco Keil do, et al. (2004 [1961]). *Arquitetura Popular em Portugal*. 4ª Edição. Lisboa: Ordem dos Arquitectos. 2 Volumes

AMARAL, Keil (1947). “Uma iniciativa necessária”. In *Arquitetura: revista de arte e construção*. Ano XIX, 2ª Série, Nº 14 (Abril de 1947): 12-13.

BRITO, Sérgio Palma (2009). *Território e Turismo no Algarve*. Lisboa: Colibri / Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo da Universidade do Algarve.

CHOAY, Françoise (2006). *A Alegoria do património*. Arte & Comunicação, 71. Lisboa: Edições 70.

CULLEN, Gordon (1996 [1961]). *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70.

GIOVANNONI, Gustavo (1995 [1931]). *Vecchie città ed edilizia nuova*. Milano: Città Studi Edizioni.

JOKILEHTO, Jukka (1986). *A History of Architectural Conservation*. D.Phil Thesis, The University of York.

LOBO, Margarida Sousa (1995). *Planos de Urbanização: A época de Duarte Pacheco*. Porto: FAUP publicações.

LYNCH, Kevin (1990 [1960]). *The Image of the City*. Cambridge, Massachusetts, and London: The M.I.T. Press.

NETO, Maria João Baptista (1995). *A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal (1929-1999)*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

NETO, Maria João Baptista (2001). *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de & GALHANO, Fernando (1960). “Arquitetura”. In Lima, Fernando de Castro Pires de, ed.. *A Arte Popular em Portugal*, Vol. I, Lisboa, Verbo, pp. 15-137.

ORTIGÃO, Ramalho (2001 [1876]). *Praias de Portugal*. Lisboa: Frenesi.

PADRÃO, J. Cabeça, et al. (1965-1970). *Prospecção, Preservação e Recuperação de Elementos Urbanísticos e Arquitectónicos Notáveis, em Áreas Urbanas e Marginais Viárias, na Região do Algarve*. Lisboa: DGSU. 21 volumes.

PADRÃO, Joaquim Cabeça (1969). “Defesa e Recuperação da Paisagem Urbana de Qualidade”. In *Arquitetura: revista de arte e construção*, 109 (Maio/Junho 1969): 131-134.

PADRÃO, Joaquim Cabeça (1971). “Townscape, its classification, preservation and recuperation”. In *Congresso FIHUAT, Belgrado*.

PASSOS, José Manuel da Silva (1972). “Prospecção e defesa da paisagem urbana”. In *Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização*. Lisboa: DGSU. Ano I, Nº 1 (Janeiro 1972): 7-22.

PINA, Paulo (1988). *Portugal. O turismo no século XX*. Lisboa: Lucidus Publicações.

PINHO, Ana Cláudia da Costa (2009). *Conceitos e políticas europeias de reabilitação urbana. Análise da experiência portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais*. Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa.

RIBEIRO, Vítor (2011). *Boas práticas de reabilitação do património vernacular construído. A experiência do Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve*. Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa.

RUDOLFSKY, Bernard (1965). *Architecture Without Architects: A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture*. 2nd Ed. New York: The Museum of Modern Art.

TÁVORA, Fernando (1969). *Estudo de renovação urbana do Barredo*. Porto: Câmara Municipal, Direcção de Serviços de Habitação.